

JÁ TÁ NO SANGUE: A
SUBJETIVIDADE NA
ATIVIDADE DE
TRABALHO DE
OPERADORES DE UMA
INDÚSTRIA
PETROLÍFERA DO RIO
GRANDE DO SUL

*It is already in the blood: the
subjectivity in work activity
of industrial operators in an
oil company in Rio Grande
do Sul*

Geisa Cássia Romani de Abreu – UNISINOS*

Marlene Teixeira – UNISINOS†

Resumo: Este artigo relata o caminho de pesquisa para o estudo da ocorrência de formas verbais passivas analíticas com apagamento do agente, encontradas em relatórios de passagem de serviço de operadores de uma indústria petrolífera do Rio Grande do Sul. A observação desses fatos linguísticos foi realizada com os aportes teóricos da linguística da enunciação, de Benveniste (1989, 2005) e da ergologia, de Schwartz (2000). Por conta dessa interlocução teórica, a análise ultrapassou o nível intralinguístico, tendo em vista a complexidade do sujeito enquanto ser enigmático, o corpo-si na atividade de trabalho. Perpassando a descrição do fato linguístico *a priori*, a sintaxe e a semântica, chegamos à metassemântica enunciativa, dimensão apenas anunciada por Benveniste (2005) em **Semiologia da língua**, de 1959. Para tanto, identificamos a necessidade de acrescentar à análise dois outros *corpora*: a passagem de serviço homem a homem (comunicação oral dos trabalhadores sobre as atividades do plantão) e a verbalização sobre a atividade

* Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, geisac@terra.com.br.

† Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS; professora no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – UNISINOS, martei@terra.com.br.

(autoconfrontação). A partir daí, a voz passiva dos relatórios dos operadores, que aparentemente indicava o rebaixamento do agente numa análise gramatical formalista, passou a ser interpretada como uma forma de negociação do sujeito com as normas antecedentes dentro da hierarquia da atividade.

Palavras-chave: enunciação, ergologia, intersubjetividade, comunicação.

*Abstract: This article tells about the study on analytical passive forms not mentioning the performer, found in written shift break reports of workers in an oil industry in Rio Grande do Sul, Brazil. Theoretical supports used are based on the theory of enunciation, by Benveniste (1989, 2005) and ergology, by Schwartz (2000). Such dialogue has eventually led to an observation of the performer as an enigmatic being – the corps-soi – in the working field. The intralinguistic analysis of the occurrence of passive voice structures not mentioning the performer have shown to be ineffective to this research. Consequently, we trespass the description of linguistic fact in itself to reach the enunciative meta-semantics – dimension just mentioned by Benveniste (2005) in his work **The semiology of language**, first published in 1959. For doing this, two additional corpora were added: the man to man (oral working shift break) and the verbalization about the activity (self-confrontation). From then on, the passive voice in written shift break reports of workers, which apparently was assumed as the total absence of the performer, turned out to be read as forms of one’s negotiation under preceding norms within the activity hierarchy.*

Key-words: enunciation, ergology, intersubjectivity, communication.

Introdução

A origem da pesquisa **A subjetividade na atividade de trabalho de operadores de uma indústria petroquímica do Rio Grande do Sul**¹ remonta a muitos anos, e brotou no âmago das unidades de produção de uma refinaria do Rio Grande do Sul, fornecendo, agora, subsídios à elaboração deste artigo. Por muitos anos, a autora da pesquisa, coautora deste artigo, trabalhou na indústria e conviveu com usos linguísticos bastante específicos, o que permitiu observar certa singularidade na linguagem dos operadores, especialmente no que diz respeito às marcas de pessoa e à voz verbal utilizadas nos relatórios de troca de plantão.

O que chama atenção sobre esses relatórios é a padronização da voz verbal na forma passiva analítica. São comuns frases como: *Feito um improviso para abrir a válvula* (Operador “B”², 1997, Relatório de serviço³), ao invés de *Fiz um improviso para abrir a válvula*, já que o operador e relator era

¹ Dissertação defendida em março de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos.

² Preservei a letra inicial do nome dos operadores. Preferi esse critério a conceder-lhes um pseudônimo.

³ A citação faz parte de anotações pessoais extraídas dos relatórios de serviço entre os anos de 1996 e 1998.

o próprio agente do verbo. E, se ainda considerarmos o aspecto semântico desse texto escrito por “B”, podemos dizer que *fazer um improviso* não é passivo, do ponto de vista semântico.

Quando outro operador escreve *Bloqueada sucção do compressor*, está dizendo *Eu bloqueei a sucção do compressor*. Mira Matheus et al. (1989: 222) considera esse tipo de *construção passiva de ser*, seguida de uma forma participial de um verbo transitivo, “uma estratégia de supressão ou ocultação do agente”. Gostaríamos de entender a motivação desse sujeito ao optar pela forma passiva.

Para compreender um fato linguístico, qualquer que seja, vinculamo-nos à teoria da enunciação por entender que ela oferece embasamento para compreendermos a dinâmica do sujeito e seu lugar de fala como elementos intrinsecamente associados à realização verbal.

O contexto que ambientou este estudo é uma unidade de processamento de petróleo, com seus riscos e sua complexidade técnica e humana. Optamos pela ergologia para olhar esse trabalho vivo e localizar a representação da subjetividade emanada pelos operadores além do campo linguístico propriamente dito (Schwartz, 2000). Assim, consideramos nossa pesquisa um exercício pluridisciplinar que se situa no campo dos estudos de linguagem e trabalho.

1. Os operadores de processamento contínuo e suas práticas de linguagem na atividade

Quem são esses operadores dos quais falamos? A atividade de operador de processamento industrial é extremamente complexa. Iniciou-se na década de 1950 no Brasil, com o desenvolvimento da indústria petrolífera. Segundo Reis (2005: 1), os trabalhadores de processos contínuos têm características importantes que os distinguem dos demais trabalhadores da indústria. Primeiramente, o autor destaca o alto nível de exigências dessa atividade, para a qual a seleção e formação subsequente são rigorosas; depois, a complexidade mental requerida para gerenciar instantaneamente variáveis de processo⁴, a fim de manter o controle das operações de produção. Ajustes sutis sobre essas variáveis determinam cifras elevadas no milionário mundo do petróleo e os operadores trabalham imbuídos desse conceito: produção e segurança dentro dos padrões estabelecidos pela companhia (Reis, 2005: 52).

Por conta desse rigor, emanado pelo risco que representa a operação de uma planta de processamento contínuo, os operadores devem realizar a passagem de serviço de forma minuciosa ao final da jornada de trabalho, de forma que seu sucessor dê continuidade à

⁴ A palavra “processo” é usada frequentemente nesse ramo de atividade para designar o processamento contínuo em instalações químicas.

atividade. Na indústria observada, essa rotina é executada de forma escrita, por meio de relatórios, e de forma oral concomitantemente (passagem de turno ou passagem de serviço *homem a homem*). Essas informações técnicas compõem um grande banco de dados, que pode ser consultado a qualquer momento por pessoas devidamente autorizadas, revelando as condições operacionais de qualquer unidade de processamento da companhia.

O fato linguístico que nos interessa, dentro desse cenário é que algo nessa sistemática de comunicação fez os operadores optarem pela voz passiva ao redigirem seus relatórios. A hipótese inicial era que havia um apagamento do sujeito nos relatórios escritos por meio do uso da forma apassivada do verbo, mas isso não combinava com a atitude proativa esperada dos operadores para gerenciar as instalações químicas, para o que eles haviam sido treinados e sobre o que eram cobrados o tempo todo.

Estávamos na iminência de convocar outra disciplina para auxiliar nessas questões porque era necessário olhar o trabalho vivo e entender as dramáticas de usos de si que moviam esses trabalhadores para a atividade de trabalho e para a atividade de linguagem.

2. Atividade de trabalho e atividade de linguagem: um encontro à luz da ergologia

A ergologia foi nossa lente para olhar, juntamente com a linguística, a inscrição da subjetividade na linguagem dos operadores e, a partir dessa opção, todo o nosso estudo foi modelado. Ao trazermos esse referencial teórico para a pesquisa, assumimos nossa disposição a (re)pensar os conceitos já cristalizados sobre o trabalho, restituindo sua complexidade a fim de transformá-lo (Schwartz; Durrive, 2007: 25). Paralelamente, experimentamos o *desconforto intelectual* que a opção ergológica instaura para fazer pensar sobre o que ainda pode ser dito acerca do trabalho. O que cabe a um linguista dizer sobre a atividade de trabalho?

A pluridisciplinaridade constitutiva do posicionamento ergológico permite o surgimento de um espaço de diálogo que se articula com os estudos da linguagem, mormente com a Linguística Aplicada. Dada essa proposição teórica, lançamos a questão: qual a linguística capaz de dar conta dessa dinâmica de atualização do ato de linguagem? Como resposta, encontramos grande compatibilidade com a linguística da enunciação⁵, que entende o sujeito como um devir, uma possibilidade atualizada pela linguagem. A *teoria da enunciação* de Benveniste foi nosso referencial

⁵ Conforme propõem Flores e Teixeira (2005).

para auxiliar na busca de respostas aos questionamentos sobre o lugar que o sujeito ocupa diante das regularidades das normas, gerindo seus atos de forma singular, mas com engajamento inevitável ao coletivo.

Do campo ergológico, trouxemos a ideia de que *o dizer não recobre o fazer*, isto é, há um tanto de não dito sobre a atividade. Mas por que não se pode dizer tudo, se falar é algo natural ao homem? (Schwartz; Durrive, 2007: 133). Conforme Faïta (2007: 167), a palavra pertence a um domínio fixado pela tradição social. O linguista afirma que “dizer não é uma coisa simples”, porque expressar por meio da linguagem é agir sobre os outros com o uso da palavra, manipulando de forma simbólica a realidade. É um investimento particular, embora as palavras pertençam a uma tradição de uso fixada pelo parâmetro social. Trata-se de uma normalização linguística, a qual o sujeito tem que convocar para realizar sua fala, mas que, naturalmente, a altera e a atualiza com suas estratégias particulares. Faïta (ibidem) diz que “a cada vez, porém, eu utilizo, eu acrescento, eu recrio [...] em novas condições, um sentido diferente para essas mesmas palavras, esses mesmos enunciados”. Então, se a cada vez recriamos os sentidos das palavras, é correto pensar que essas palavras não são idênticas para todos os indivíduos. Por isso, “comunicar, dialogar, também não é coisa simples”.

A dependência da compreensão do outro torna a comunicação linguística algo um tanto complicado. Porém, essa é uma faculdade tipicamente humana, diferente do que realizam alguns animais, conforme destaca Benveniste (2005) no texto **Comunicação animal e a linguagem humana**.

A eficácia da comunicação humana se dá exatamente pela capacidade de apreciação singular da fala do outro, como afirma Faïta. Na linguagem profissional, tema de nossa pesquisa, há muito mais do que apenas troca de informações entre os colegas. Especialmente em situações de crise, espera-se que “saibam ler, interpretar, observar os indícios” (Faïta, 2007: 171), que afetam a atividade, uma vez que estão agindo de forma convergente pela solução das situações de trabalho. Isso significa dizer que há grande investimento subjetivo na atividade de linguagem, por isso parece difícil *falar e comunicar* no trabalho. O interessante nessa questão é saber, como bem observa Faïta, que alguém que domine formalmente as *virtudes* do discurso científico poderia parecer tolo e não ser nada eficaz na comunicação de certas informações práticas de uma situação de trabalho concreta porque o código, em si, é deficiente. Da mesma forma, um trabalhador que não domine a

língua culta pode ter excelente desempenho comunicativo porque a comunicação eficaz não depende apenas do cumprimento das regras gramaticais.

Para além do código, a situação de trabalho desempenha papel fundamental na comunicação na atividade. Sobre isso, Faïta diz que especialmente em uma atividade de trabalho regulada e racionalizada como é a atividade industrial, ocorre a coexistência de universos de pensamentos e universos de discursos diferentes, dadas as implicações sociais e produtivas que produzem situações conflituosas. Esse ponto nos interessa particularmente para entender a fraca representação das marcas de subjetividade e a priorização do dado técnico nos relatórios dos operadores.

3. O corpo-si na indústria petrolífera

Tanto a ergologia como a linguística da enunciação compreendem o sujeito como um ser constituído pelo ato, situado num determinado ponto em relação a seu exterior, uma subjetividade onipresente no centro de um *drama*. Esse *sujeito* do qual falamos é a representação de um ser complexo formado por corpo, alma, psique, um desejo, uma frustração, um não dito, etc., e tudo isso, mutuamente imbricado, representando o que Schwartz chama de *corpo-si*, o elemento central da atividade (Schwartz; Durrive, 2007: 198-199).

Os autores complementam:

Há uma obscuridade que, eu diria, coloca à distância toda a objetivação do sujeito, aquela que o faz passar, no fundo, como um “objeto a ser descrito”. E desse ponto de vista, para mim, isso é o essencial. O essencial é restituir a forma pela qual o sujeito escapa sempre, a seu jeito, de ser objetado – e a atividade, é isso que ela nos diz! (Schwartz; Durrive, 2007: 199).

A restauração da complexidade do trabalho deve passar primeiramente pelo reconhecimento do sujeito como um devir, uma possibilidade de sujeito, que se (re)constitui constantemente por meio do laço com outros sujeitos, também singulares. Nosso entendimento de sujeito é a aceitação da existência de um *corpo-si* (Schwartz; Durrive, 2007: 199), que, embora não possa ser explicado totalmente porque sempre terá algo dele que escapa a definições, pode, ao menos, ser considerado uma referência para o estudo.

Dessa forma:

[...] jamais ninguém poderá encerrá-lo em uma moldura, por mais sedutora que ela seja. E é necessário permanentemente lutar para restituir sua dimensão proativa ou criadora, mesmo no infinitamente pequeno do sujeito [...] (Schwartz; Durrive, 2007: 200).

Por essa característica subjetiva, o corpo-si encontra na atividade de trabalho uma possibilidade de engajamento por meio do agir situado, como um palco para o exercício intersubjetivo.

Pudemos testemunhar várias dimensões desse corpo-si na atividade dos operadores. Vimos que o aspecto físico do corpo é muito mais demandado do que se poderia imaginar. Os operadores costumam utilizar sua percepção sensorial para monitorar os equipamentos, quando o corpo é convocado como uma ferramenta muito confiável para zelar pela continuidade operacional. As mãos tocam em equipamentos perigosos, alguns muito sujos, que contêm hidrocarbonetos pressurizados, a fim de sentir sua temperatura e perceber a vibração; os ouvidos são sensores para identificar ruídos, que podem significar anormalidades nas máquinas; um faro aguçado pode prevenir grandes vazamentos por antecipar odores suspeitos. Apesar dos riscos da atividade, os operadores colocam seus corpos como instrumentos para monitorar os equipamentos, demonstrando com isso um engajamento à atividade que ultrapassa o nível da prescrição estabelecida pela empresa.

Vários operadores se referiram ao *feeling* que têm para controlar o processo. Esse *feeling* diz respeito aos ajustes sutis que eles precisam fazer sobre os equipamentos, mas para os quais não existe treinamento nem prescrição específica.

Os operadores disseram que o *feeling* é adquirido com o tempo, pela história de aprendizado na atividade. O que eles revelam, dessa forma, é que o *feeling* se origina num nível subjetivo que compõe o corpo-si na atividade de trabalho. Estamos diante de situações que representam as *dramáticas de usos de si*, uso de si por si e uso de si pelos outros, em que o corpo-si é disputado no coração da atividade.

4. A dramática de usos de si na atividade dos operadores

A gente até tinha esquecido que era Natal.
(operador “P”, verbalização sobre a atividade, 25 dez. 2008)

O meio de trabalho é um palco de múltiplos dramas. Schwartz (2000) formula o conceito de *dramáticas de usos de si* para restabelecer a dimensão complexa da atividade. Na medida em que, a

seguir, apresentamos os pressupostos das *dramáticas de usos de si*, recorremos a exemplos do trabalho vivo dos operadores dessa indústria para melhor ilustrar essa concepção ergológica.

Da herança taylorista que recebemos, e sobre a qual pouca crítica podemos fazer, tão dogmática que foi a teoria da administração científica do trabalho⁶, somos levados a pensar que *trabalho* seja uma submissão natural a procedimentos, regras, ordens, e todo um aparato de instruções para a execução de uma tarefa (Duc apud Schwartz; Durrive, 2007: 191). Mas esse assujeitamento nunca foi completo: sempre existiu um investimento pessoal na tarefa, protagonizado pelo corpo-si. A partir de Taylor, o trabalho começou a ser pensado como uma entidade mecânica e objetiva, da qual se julgava poder subtrair toda a subjetividade para *funcionar adequadamente*. Entretanto, as normas que supunham reger esse trabalho idealizado nunca foram capazes de dar conta do *trabalho vivo*. A isso, Schwartz e Durrive (2007: 192) chamam de *infidelidade*. É uma dupla infidelidade porque, de fato, de um lado, a norma não é capaz de dar conta de 100% da atividade; por outro lado, o homem executa suas atividades diferentemente de prescrição, altera os procedimentos, regula esses vazios deixados pela norma e *renormaliza* a seu arbítrio. E a vida segue assim dentro das fábricas, escritórios, escolas etc. Há uma dupla cumplicidade que alimenta um esquema dramático, mas que regula problemas da ordem do *impossível* (a prescrição prever tudo) e do *invivível* (trabalhar de forma padronizada o tempo todo). A singularidade intervém inevitavelmente, porque essa é a condição do homem no mundo, exercendo a gestão entre os universos geral e particular: “[...] o ‘corpo-si’, árbitro no mais íntimo da atividade, não é um ‘sujeito’ delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado” (Schwartz; Durrive, 2007: 198).

A singularidade é inerente à atividade de trabalho porque é inerente ao homem (Teixeira, 2008: 2).

Vimos *dramáticas de usos de si*, *usos de si por si* e *usos de si pelo outro* bastante evidentes na atividade de operação de processamento industrial. Porém, interessou mais a nossa pesquisa encontrar as *dramáticas de usos de si por si*, quando o corpo-si mostra-se engajado, ativo, pois é nesse momento que percebemos a singularidade intervindo na atividade de trabalho, com reflexos observáveis numa análise linguística.

⁶ A obra fundadora da teoria de Taylor é **The Principles of Scientific Management**, publicada em 1911.

5. Linguagem e intersubjetividade no processo de comunicação

O ser humano é o único capaz de estabelecer comunicação linguística. Numa comparação da comunicação entre abelhas com a comunicação humana, Benveniste (2005) demonstra que a diferença mais radical entre elas é a perfeita adesão ao código que esses pequenos animais demonstram. Abelhas não questionam, não teorizam, não atualizam a informação recebida com sua experiência, com sua história de vida, sua cultura, suas emoções, seu desejo. Essa transmissão do código entre as abelhas é inequívoca porque elas não conhecem o diálogo. Sua comunicação se refere apenas a compartilhamento de dados objetivos; não há entre elas uma linguagem, propriamente, uma comunicação estruturada em base linguística, compartilhada por sujeitos singulares, que interferem nas regularidades da língua por manifestarem aspectos subjetivos quando em discurso.

Benveniste (2005) diz que é a categoria dos pronomes que representa essa pessoa em discurso, a pessoa verbal. As três pessoas do verbo (Eu, Tu, Ele) indicam a posição que cada pessoa ocupa em relação às demais no interior do discurso. Porém, as três formas Eu, Tu, Ele não são homogêneas:

Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo “eu”, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo com o predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim excetuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa” (Benveniste, 2005: 251).

Ele é aquele do qual, do *que* se fala (“aquele que está ausente”, conforme definem os gramáticos árabes). Dessa forma, temos, na verdade, apenas duas pessoas verbais, *Eu* e *Tu*, com potencialidade para reverterem entre si esses papéis: aquele que *Eu* considera *Tu*, na sequência será um *Eu* também, assim que tomar a fala, revertendo para *Tu* aquele que outrora fora *Eu*.

Um postulado fundador da teoria da enunciação em Benveniste é a necessidade de existência de uma pessoa não eu para que haja a saída do Eu do interior do enunciado para o que é exterior ao enunciado (Tu). Esse é o primeiro movimento para deflagrar o ato enunciativo, nessa correlação de subjetividade em que o Eu antecipa o Tu.

Poder-se-á, então, definir o Tu como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que Eu representa; e essas duas “pessoas” se opõem juntas à forma de “não pessoa” (Ele) (Benveniste, 2005: 255).

Assim, existe uma estrutura nas relações de pessoa no verbo construída com base em duas correlações que estão sempre presentes: pessoalidade⁷ (as pessoas Eu/Tu se opõem à não pessoa Ele) e subjetividade (Eu/Tu se opõe entre si na categoria de pessoa, revertendo a condição protagonista de Eu) (Benveniste, 2005: 258-259).

A teoria da enunciação nos possibilita entender a comunicação humana como lugar de realização da *intersubjetividade*, quando alguém só pode ser *Eu* quando reverter a posição com o *Tu*.

Para Ono (2007), é pela noção de intersubjetividade que a teoria benvenistiana se abre para o social, contrariando algumas interpretações que tomam a teoria de Benveniste como avessa ao social.

Nossa pesquisa foi nessa direção, apoiando-se em novas leituras do texto benvenistiano que ampliam consideravelmente seu alcance. Entre eles, citamos Flores (1999: 190), que argumenta que a subjetividade, no sistema benvenistiano de pensamento, é dependente da reversibilidade que assegura a intersubjetividade, “sem a qual não faz sentido falar de categoria de pessoa”.

A subjetividade, nesse nível, pode ser interpretada como uma experiência onde o locutor se apresenta, enquanto o tempo do diálogo permitir, como sujeito de seu discurso por oposição ao TU, privado temporariamente dessa experiência (Flores, 1999: 198).

De acordo com essa interpretação, em Benveniste a intersubjetividade precede a subjetividade, ou seja, a relação mútua entre *Eu/Tu* é anterior e, por essa razão, instaura a temporalidade enunciativa. Como bem afirma Flores (1999: 199), “[...] para que *Eu/Tu* se instaurem subjetivamente há a necessidade de que sejam intersubjetivos”.

Essa leitura de Flores é corroborada, anos depois, por Ono (2007: 163), para quem a intersubjetividade funda a subjetividade na linguagem. Segundo a autora, é pela noção de intersubjetividade que a teoria de Benveniste se abre para o social. Ela insiste sobre a dimensão social da subjetividade no pensamento do linguista francês, lembrando que, no artigo de 1958, ele destaca que a subjetividade não se define

⁷ Em **Problemas de linguística geral I**, a tradução oferecida é “personalidade”, porém, preferimos pessoalidade, por adesão ao consenso de estudiosos de Benveniste, entre os quais o Dr. Valdir Flores e a Dra. Marlene Teixeira.

[...] pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo), mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência (Benveniste, 1989: 286).

A autora complementa dizendo que a subjetividade é como um reflexo da sociedade, do coletivo a que cada um pertence: “eis uma ‘intersubjetividade’ que existe não somente entre parceiros de um diálogo, mas entre todos os homens”. A constituição do sujeito está profundamente ligada à subjetividade coletiva, de modo que cada homem afirma sua individualidade pelo fato de ser membro do coletivo (Ono, 2007: 172-173).

O direcionamento de Benveniste (1989: 67) para além do intralinguístico está exemplarmente indicado no final de **Semiologia da língua**, texto de 1969, publicado em **Problemas de Linguística Geral II** (1989). Após explicar os dois domínios da língua – o semiótico e o semântico – Benveniste (1989: 67) evoca a “ultrapassagem” da noção de signo: a) pela análise intralinguística, que contempla a dupla significância da linguagem (semiótica e semântica) e b) pela análise translinguística dos textos e das obras⁸, pela elaboração de uma metassemântica, a ser construída sobre a semântica da enunciação.

A análise translinguística – realizada no âmbito da metassemântica – é sugerida por Benveniste (1989: 67) como uma das vias para “ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua”. Se a semântica é definida como intralinguística, a metassemântica é qualificada como translinguística.

Benveniste anuncia uma outra possibilidade de olhar para textos e obras, o que, na visão de Barros (2008: 63), “[...] sinaliza uma investigação de conjunto da enunciação”. Se, no dizer de Benveniste, o sentido da frase é diferente do sentido das palavras que a compõem, o sentido de um discurso igualmente não se constitui somente pelo sentido dos enunciados que o compõem. Isso nos interessa sobremaneira para pensar o sujeito para além do estudo da voz passiva nos relatórios.

Com essa prerrogativa, e considerando que nosso estudo intencionava examinar a singularidade no exercício do trabalho, propusemo-nos a buscar as marcas de subjetividade em diferentes *corpora* para demonstrar diferentes atitudes enunciativas do mesmo sujeito, falando sobre uma mesma situação de trabalho, porém, dirigindo-se cada vez a diferentes interlocutores. Assim, compreendemos que o relatório escrito parecia buscar o leitor-chefe, que não oferece

⁸ Benveniste menciona textos e obras. Porém, não devemos entender textos e obras como somente obras literárias: objetos de linguagem, textos e obras podem ser compreendidos como atividades significantes dos homens em interação social (Ono, 2007).

reversibilidade Eu/Tu, dada a sistemática de trabalho e o padrão hierárquico da empresa; a passagem de serviço *homem a homem* se dirige exclusivamente para o sucessor imediato, que vai assumir o posto de trabalho; finalmente, a verbalização sobre a atividade (autoconfrontação) provoca a reflexão sobre si, quando os operadores analisam suas próprias falas.

Dessons (2006: 54) afirma que a língua é a “emanação irredutível do Eu mais profundo de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, uma realidade supraindividual e coextensiva a toda a coletividade”. Segundo o autor, a formulação “língua e sociedade não se concebem uma sem a outra”, implica o caráter específico da linguagem humana, que se realiza por meio de uma língua, com toda a dimensão enunciativa que lhe é exclusivamente ligada (Dessons, 2006: 50).

Dessa forma, podemos olhar a voz passiva, especialmente a voz passiva analítica (canônica), como índice de subjetividade e buscar entender como esse índice aparece nas falas dos operadores.

6. Análise do *corpus*

A pesquisa foi constituída a partir de um *corpus* composto por três partes distintas. Tomamos inicialmente os textos escritos nos relatórios, e, mais adiante, as formas orais manifestadas na passagem de serviço *homem a homem*. Finalmente, os comentários dos operadores sobre suas próprias falas na fase de verbalização sobre a atividade foram agregados ao *corpus* para ampliar a dimensão da análise translinguística.

Sobre os relatórios de passagem de serviço, podemos dizer que a necessidade de relatar as ocorrências operacionais a cada troca de plantão acompanha essa atividade desde seu surgimento, na década de 1950. Entretanto, não nos interessa neste momento empreender uma análise desse *corpus* enquanto gênero textual e, sim, compreender seu aspecto enunciativo em função da metassemântica benvenistiana.

Inicialmente, esses relatórios eram escritos em cadernos com folhas numeradas, onde cada operador, ao final do plantão, anotava as informações que julgava necessárias à continuidade operacional. Essas informações eram organizadas em itens (1, 2, 3...), perpassando as variáveis de processo que precisavam ser monitoradas, tais como níveis dos equipamentos, estoque de produtos químicos e anormalidades detectadas durante o plantão. A partir do advento dos sistemas digitais de informação, especialmente na virada do século XXI, esses relatórios começaram a ser compilados em um software integrado a outros órgãos da companhia. As informações necessárias ao processo ainda eram semelhantes àsquelas da década de 1950, o que mudara era a forma de

escrita pelos operadores: alguns campos do relatório digital requeriam o simples preenchimento objetivo dos dados operacionais; outros exigiam redação livre. Mas, em qualquer um dos formatos, seja nos cadernos numerados, seja no formato digital, ao redigir os textos para contar a atividade os operadores escolhiam a voz passiva analítica, embora nunca tenha existido na história conhecida dessa categoria uma prescrição explícita para essa conduta.

Os operadores foram voluntários, num número inicial de 5 pessoas. Aos poucos, outros operadores foram se juntando ao grupo de voluntários, demonstrando grande interesse pelo estudo. Totalizaram 15 participantes, alguns de forma mais direta, outros de forma indireta, mas todos colaboraram com comentários e sugestões que contribuíram muito para os resultados da pesquisa.

O percurso metodológico seguiu as seguintes etapas:

- 1ª) gravar as falas na troca de plantão (passagem de serviço homem a homem) em áudio, com aparelho discreto de MP3;
- 2ª) obter relatórios de plantão referentes àquelas mesmas passagens de serviço *homem a homem*, os relatórios escritos com a presença da voz passiva;
- 3ª) transcrever as gravações;
- 4ª) observar as transcrições à luz da ergologia e da teoria da enunciação, selecionando pontos de interesse para a verbalização sobre a atividade (autoconfrontação);
- 5ª) voltar a campo para fazer a verbalização sobre a atividade com os operadores;
- 6ª) compilar o *corpus*, cruzar os dados e encaminhar a análise.

Com esse encaminhamento, chegamos a três *corpora*: relatórios escritos, com o uso da voz passiva, gravações da passagem de serviço *homem a homem*, com a respectiva transcrição e a gravação da verbalização dos operadores sobre sua atividade, também transcrita posteriormente. O material constituído era muito rico, com muitas possibilidades de análise. Porém, nossa orientação teórica foi definida em função do entendimento metaenunciativo das ocorrências da voz passiva nos escritos dos operadores. Dessa forma, a autoconfrontação que tratamos aqui não segue o roteiro de Faïta (1997a, 1997b) nem de Clot (1997)⁹, mas a noção filosófica de Schwartz (2000)

⁹ As obras citadas são:

CLOT, Yves. 1997. **Le travail, activité dirigée**: contribution à une analyse psychologique de l'action – habilitation à diriger des recherches. Universidade de Paris VIII (mimeo).

FAÏTA, Daniel. 1997a. **La conduite du TGV**: exercices de styles. Camp Visuels, Paris, n. 6, p. 75-86.

_____. 1997b. **Les catégories de l'expérience dans la verbalisation des règles pour l'action**. Etudes de Communication: communiquer les mots de l'expérience, n. 20, p. 11-34.

que, inspirado em Canghillem (1947) vê a autoconfrontação como um debate de normas, momento em que o trabalhador se posiciona no centro da reflexão sobre sua atividade, podendo brotar daí novos sentidos que restabeleçam a sabedoria do corpo (Vieira, 2004: 219). Por essa razão, preferimos chamá-la de *verbalização sobre a atividade*, preservando o espírito dialógico dessa experiência que, de acordo com Vieira (2004: 224) é o desenvolvimento discursivo em direção a enunciações que esse trabalhador não acessaria sem o recurso da materialidade da gravação (imagem ou som), que o permite “ajustar seus ditos com seus feitos”. Segundo o autor (ibidem), “nesse momento, aparecem os temas do protagonista do trabalho”.

O conjunto dos dados foi tratado como um *corpus* único, que mostrava, metasemanticamente, várias nuances do sujeito que queríamos observar. Percebemos que existe uma forte ideia de coletividade permeando todas as falas dos operadores, assim como uma identidade de grupo muito evidente e compartilhada por todos. Há uma proteção mútua e um espírito de colaboração em prol da manutenção do processo produtivo, da integridade das instalações e da segurança dos trabalhadores.

Perguntei a um dos operadores sobre as diferenças entre o relatório escrito e a passagem de serviço *homem a homem*. Antes de responder, ele tomou o relatório de minhas mãos, procurou a assinatura do operador responsável – naquele relatório, ele próprio – e disse que aquele tipo de relatório era “uma bobagem”, que o que importava mesmo era a passagem de serviço *homem a homem*. Conforme me disse: “tem campos aqui que eu nem preencho. Quando a unidade está estável, nem precisa dizer nada, já tá no sangue”.

A passagem de serviço *homem a homem* é muito mais detalhada que os relatórios porque acontece oralmente, quando os operadores falam livremente da atividade uns para os outros. Diante da possibilidade de reverter os papéis na instância discursiva, o sujeito se manifesta com voz verbal ativa, embora ainda mitigado pela pessoa verbal “nós”/“a gente”: *E agora, no final, a gente bloqueou o hidrogênio para o buffer gas (...)*.

O nível de compartilhamento de informações é profundo na transmissão oral, inclusive enriquecido com desenhos livres e demonstrações *in loco*, na área industrial, dos fatos relatados. As informações são enriquecidas na troca verbal dialogada, quando são complementadas pela possibilidade de reversibilidade entre os pares de fala Eu/Tu. O processo de comunicação entre os operadores é dinâmico, tal qual o processo industrial que eles gerenciam.

Percebemos que o endereçamento das informações escritas é diferente daquele das informações orais: o que fica registrado nos relatórios tem caráter formal, voltado para o nível hierárquico superior. Esse documento, embora seja o relato formal com o qual a administração gerencia a produção, não recobre todos os detalhes do trabalho vivo que pulsa no interior da unidade de processamento. A hierarquia à qual os relatórios dos operadores estão submetidos segue uma precedência de responsabilidades formalmente instituída. Os operadores se dirigem inicialmente a seu supervisor imediato, que deve ler e validar seus relatórios; esse supervisor, por sua vez, também produz um relatório, bastante semelhante ao dos operadores (inclusive com o predomínio da voz passiva), e encaminha ao coordenador de seu turno de trabalho. Finalmente, esse coordenador compila todas as informações e prepara seu relatório para o boletim nacional. Essa necessidade de preservação das informações técnicas acaba por impor uma certa prescrição tácita pela busca da objetividade, principalmente pela natureza complexa e arriscada da atividade. Por perceberem essa *norma* não declarada, os operadores negociam com a norma antecedente, buscando subtrair as marcas de subjetividade de seu texto e escrevem “*Bloqueada sucção do compressor*” em vez de “*Eu bloqueei a sucção do compressor*”.

Na verbalização sobre a atividade, a emergência subjetiva é percebida amplamente. Com esse recurso, pudemos demonstrar o que Ono (2007: 172) percebeu em sua tese sobre Benveniste: a intersubjetividade antecede a subjetividade e é um reflexo da sociedade, do coletivo onde o sujeito está inserido: “a constituição do sujeito está profundamente ligada à subjetividade coletiva, de modo que cada homem afirma sua individualidade pelo fato de ser membro do coletivo” (Ono, 2007: 173).

Na verbalização sobre a atividade, os operadores mostraram grande interdependência uns dos outros. É como se houvesse um único organismo, com células individuais, mas que estão vitalmente ligadas ao coletivo: “há necessidade de perguntar sempre [...]. Se alguém disser ‘foi feito’, é porque foi realmente feito. É uma espécie de ordem sem hierarquia” (Operadora “V”).

Considerações finais

Em nossa pesquisa, trouxemos a linguística da enunciação e a ergologia para dialogarem e chegamos num ponto de intersecção que interessa às duas: o *sujeito*, ou o *corpo-si*. Problematizamos o conceito de trabalho para entender que a *atividade* é um ato particular de um sujeito que gerencia *dramáticas de usos de si* a todo instante.

Também procuramos localizar a instância subjetiva de onde falam esses sujeitos enigmáticos, operadores de processamento industrial, operadores de linguagem. Percebemos que naquela atividade os operadores convivem com normas rigorosas, mas também fazem improvisos, têm *feeling*, renormalizam a todo momento para gerenciar o processo produtivo. Não são sujeitos passivos, absolutamente. Sua atitude linguística pode ser interpretada como um exemplo dessa astúcia de sujeitos em atividade, que negociam com normas antecedentes implícitas e se colocam *apagados* nos relatórios para priorizar o dado técnico. Entretanto, por sua capacidade de gerenciamento da atividade, eles compartilham oralmente informações que faltam ao relatório escrito, num exercício intersubjetivo que garante a segurança e continuidade operacional, e, acima de tudo, sua realidade de sujeitos, assegurando a permanência da consciência (Benveniste, 1989: 286).

A implicação da linguística da enunciação com a ergologia mostrou-se um campo epistemológico fértil para a compreensão dos aspectos da atividade de trabalho que queríamos estudar. No âmbito da linguística da enunciação encontramos elementos para entender a comunicação intersubjetiva como o lugar de um agir singular de sujeitos que têm que gerenciar a língua (a *norma*) em função de uma situação enunciativo-discursiva (a linguagem *renormalizada* pela singularidade). No âmbito da ergologia, a linguagem nos é mostrada como faculdade simbólica inerente ao corpo-si, isto é, sua atualização passa pela singularidade, o que produz a renormalização inevitável. Além disso, a linguagem sempre permeia o *uso de si por si* e o *uso de si pelo outro*.

Para finalizar, destacamos que uma reflexão enunciativa acerca da atividade de trabalho contribui com os estudos ergológicos nos seguintes pontos:

- para a identificação, a partir da linguagem, das dramáticas de uso de si que atravessam a atividade de trabalho;
- para o entendimento de que se o *dizer não recobre o fazer*, é porque a linguagem, por sua intermediação pelo sujeito, não espelha o mundo;
- para a compreensão de que os atos de linguagem, assim como a atividade de trabalho, constituem-se na dialética entre o estruturado e o inusitado que emerge da enunciação.

Referências

- BENVENISTE, Émile. 1989. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Editora Unicamp.
- _____. 2005. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Editora Unicamp.
- DESSONS, Gérard. 2006. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: In Press.
- FAÏTA, Daniel. 2007. **A linguagem como atividade**. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (orgs.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: EdUFF, p. 167-188.
- FLORES, Valdir N. 1999. **Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação**. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- _____; TEIXEIRA, Marlene. 2005. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto.
- MATEUS, Maria H. et al. 1989. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho.
- ONO, Aya. 2007. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas.
- REIS, Mário N. C. 2005. **Articulação entre os conhecimentos tácitos e científicos na operação de sistemas digitais em plantas de refino: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- SCHWARTZ, Yves. 2000. **Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octarés.
- _____; DURRIVE, Louis (orgs.). 2007. **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: EdUFF.
- TEIXEIRA, Marlene. 2008. Quando a singularidade intervém na atividade de trabalho. In: Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso, III, 2008, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, p. 1-15.
- VIEIRA, Marcos Antônio. 2004. Autoconfrontação e análise da atividade. In: FIGUEIREDO, Marcelo et al. (orgs.). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. São Paulo: DP&A. p. 214-237.